

6. Dividir para conquistar: Primeira Guerra Mundial e o acordo do pós-guerra

O NACIONALISMO EMERGIU NAS províncias árabes do Império Otomano no início do século XX. Depois de quase quatro séculos sob domínio otomano, foi difícil para os povos árabes, a princípio, se imaginar como parte de um Estado separado. Os primeiros nacionalistas tiveram de enfrentar noções conflitantes sobre a forma como deveria se apresentar um Estado árabe. Alguns imaginavam um reino centrado na península Arábica, enquanto outros aspiravam à soberania em partes distintas, como a Grande Síria ou o Iraque. Nacionalistas prematuros, eles eram marginais em suas próprias sociedades e enfrentavam forte repressão das autoridades otomanas, preocupadas que outros pudessem seguir sua liderança. Aqueles que se empenharam em seus sonhos políticos foram forçados ao exílio. Alguns partiram para Paris, onde tiveram suas ideias nutridas por nacionalistas europeus; outros viajaram para o Cairo, onde foram inspirados pelos reformistas islâmicos e pelos nacionalistas laicos que atuavam contra o domínio britânico.

O desencanto dos árabes com o domínio otomano se difundiu em maior escala após a Revolução dos Jovens Turcos, em 1908. Os Jovens Turcos foram um grupo de nacionalistas ardentes que instigaram a revolução a fim de obrigar o sultão a restaurar a Constituição de 1876 e reconvocar o Parlamento. Essas medidas encontraram amplo apoio entre os súditos árabes do império, que acreditavam que os Jovens Turcos liberalizariam o domínio otomano. Eles logo perceberam, no entanto, que o novo regime em Istambul estava determinado a fortalecer seu poder sobre as províncias árabes por meio de uma aplicação mais rigorosa de sua primazia.

Os Jovens Turcos introduziram uma série de medidas que consideravam centralizadoras, mas que muitos árabes consideraram repressivas. Em particular, promoveram o uso do turco como a língua oficial do império nas escolas e na administração pública das províncias. Essa política afastava os ideólogos árabes, para os quais a língua árabe era parte integrante de sua identidade nacional. As mesmas medidas que os Jovens Turcos impuseram para reforçar a ligação dos árabes com o império tiveram a consequência não intencional de encorajar um movimento nacionalista nascente. Na década de 1910, grupos de intelectuais e oficiais do exército começaram a organizar sociedades nacionalistas secretas para buscar a independência árabe do domínio otomano. Alguns entraram em contato com as potências europeias através de seus consulados locais, na esperança de conseguir apoio externo para seus objetivos.

As dificuldades enfrentadas pelos primeiros nacionalistas árabes eram quase intransponíveis. O Estado otomano era onipresente e reprimia de maneira impiedosa a atividade política ilegal. Aqueles que buscavam independência para os territórios árabes careciam de meios para atingir seus objetivos. Já se fora o tempo em que um homem forte das províncias era capaz de se levantar para derrotar os exércitos otomanos, como fizera Muhammad Ali. Se as reformas do século XIX haviam conseguido alguma coisa, fora tornar a Sublime Porta mais forte e as províncias mais subordinadas ao governo em Istambul. Seria preciso um grande cataclismo para abalar o domínio dos otomanos no mundo árabe.

A Primeira Guerra Mundial seria esse cataclismo.

★ ★ ★

O IMPÉRIO OTOMANO ENTROU NA Primeira Guerra Mundial em aliança com a Alemanha em novembro de 1914. Era uma guerra que os otomanos teriam preferido evitar. O império estava cansado depois de lutar contra os italianos em 1911, pela Líbia e pelas ilhas do mar Egeu, e de ter passado por duas guerras devastadoras com os Estados dos Bálcãs em 1912 e 1913. À medida que uma grande guerra europeia se desenhava no verão de 1914,

o governo otomano esperava ficar fora da luta e garantir uma aliança defensiva com a Grã-Bretanha ou a França. No entanto, nem Grã-Bretanha nem França estavam dispostas a firmar compromissos vinculantes contra seu parceiro na Entente, a Rússia, cujas ambições territoriais constituíam o maior temor do Império Otomano.

Um dos líderes do governo dos Jovens Turcos, Enver Paxá, era um grande admirador da Alemanha. Ele acreditava que o país, sendo a única potência europeia sem ambições territoriais no Oriente Médio, era confiável. Rússia, França e Grã-Bretanha haviam aumentado seus próprios impérios à custa dos otomanos no passado, e provavelmente tentariam fazê-lo de novo. Enver estava impressionado com a capacidade militar da Alemanha, e argumentava com vigor que apenas os alemães poderiam fornecer a proteção de que os otomanos precisavam contra a apropriação europeia de seus domínios. Enver liderou as negociações secretas com o governo alemão e assinou um tratado de aliança logo após a eclosão da guerra na Europa, em 2 de agosto de 1914. O tratado prometia conselheiros militares alemães, material bélico e assistência financeira em troca de uma declaração otomana de guerra em apoio às Potências Centrais.

Os alemães esperavam explorar o papel titular do sultão otomano como califa, ou líder da comunidade muçulmana global, para fomentar uma jihad contra a Grã-Bretanha e a França. Considerando os milhões de muçulmanos nas colônias britânicas e francesas no sul da Ásia e no norte da África, os estrategistas alemães acreditavam que ela teria consequências devastadoras para o esforço de guerra inimigo. Quando os otomanos finalmente declararam guerra às potências da Entente, em 11 de novembro de 1914, o sultão convocou os muçulmanos de todo o mundo a se juntarem à jihad contra a Grã-Bretanha, a Rússia e a França. Embora tenha tido pouco efeito sobre a comunidade internacional de fiéis, mais preocupada com as questões do dia a dia e muito longe dos teatros de guerra europeus, o chamado levantou sérias preocupações em Paris e em Londres. Muito tempo depois da eclosão da guerra, estrategistas britânicos e franceses cortejaram ativamente o apoio de altas autoridades muçulmanas, em uma tentativa de combater a jihad do sultanato-califado.

MAIS UMA VEZ EM GUERRA, as autoridades otomanas reprimiam de forma implacável qualquer suspeito de separatismo. Nacionalistas árabes ficaram particularmente sob ataque. Um dos três líderes do governo dos Jovens Turcos, Cemal Paxá, assumiu o controle da Grande Síria e liderou a repressão aos nacionalistas árabes da região. Com base em documentos confiscados no consulado francês, que envolviam alguns dos mais proeminentes arabistas em Beirute e Damasco, Cemal acusou dezenas de sírios e libaneses de alta traição. Estabeleceu-se um tribunal militar em Monte Líbano que, ao longo do ano de 1915, condenou dezenas de pessoas à forca, outras centenas a longas penas de prisão e milhares ao exílio. Essas punições draconianas valeram a Cemal Paxá o apelido de al-Saffah, "o sanguinário", e convenceram um crescente número de árabes a tentar a independência do Império Otomano.

No entanto, as dificuldades dos anos de guerra afetaram a todos nas províncias árabes, e não apenas aqueles envolvidos em atividades políticas ilícitas. O exército otomano recrutou milhares de jovens para o serviço ativo, muitos dos quais ao longo do tempo foram feridos, sucumbiram a doenças ou morreram em ação. Os camponeses foram obrigados a ceder suas colheitas e gado para os oficiais de requisição do governo, que pagavam por esses bens em papel-moeda recém-impreso e sem valor real. Chuvas fracas e uma praga de gafanhotos agravaram os problemas dos agricultores, levando a uma terrível fome que ceifou quase meio milhão de vidas em Monte Líbano e nas regiões costeiras da Síria.

Não obstante, e para surpresa das potências europeias, os otomanos se revelaram uma força tenaz. No início da guerra, eles atacaram posições britânicas na zona do canal de Suez. Em 1915, derrotaram as forças francesas, britânicas e da Commonwealth em Galípoli. Em 1916, conseguiram a rendição da Força Expedicionária Indiana na Mesopotâmia. De 1916 a 1918, contiveram uma revolta árabe ao longo da linha da ferrovia do Hejaz. E, até o outono de 1918, forçaram os britânicos a lutar por cada centímetro da Palestina.

Depois disso, o esforço de guerra otomano entrou em colapso, e as forças britânicas completaram sua conquista da Mesopotâmia, da Palestina

e — com a ajuda de seus aliados na revolta árabe — da Síria. Os otomanos foram obrigados a se retirar para a Anatólia, e nunca mais voltaram a essas regiões. Em outubro de 1918, as últimas tropas turcas atravessaram a fronteira ao norte de Aleppo, perto do local onde Selim, o Severo, iniciara sua conquista dos territórios árabes 402 anos antes. Quatro séculos de domínio chegaram abruptamente ao fim.

Poucos lamentaram a derrota e a retirada dos otomanos. Com o fim de seu domínio, os povos árabes entraram em um período de intensa atividade política. Eles olhavam para a era otomana como quatro séculos de opressão e subdesenvolvimento, e estavam arrebatados com a ideia de um mundo árabe capaz de renascer e se apresentar no âmbito da comunidade das nações como um Estado independente e unificado. Ao mesmo tempo, estavam cientes do perigo representado pelo imperialismo europeu. Tendo lido nos jornais sobre a severidade do domínio francês no norte da África e do domínio britânico no Egito, os demais povos estavam determinados a evitar a dominação estrangeira a todo custo. E, por um breve e inebriante momento entre outubro de 1918 e julho de 1920, parecia que a independência árabe poderia ser alcançada. O maior obstáculo eram as ambições territoriais das vitoriosas potências da Entente.

★ ★ ★

ASSIM QUE OS OTOMANOS ENTRARAM na guerra mundial do lado da Alemanha, os países da Entente começaram a planejar a divisão de seu império no pós-guerra. Os russos foram os primeiros a se manifestar a esse respeito, informando seus aliados da Entente em março de 1915 que pretendiam anexar Istambul e os estreitos que ligavam a costa russa do mar Negro ao Mediterrâneo. A França aceitou a reivindicação e estabeleceu seus próprios planos para anexar a Cilícia (a costa sudeste da Turquia, incluindo as cidades de Alexandreta e Adana) e a Grande Síria (região aproximadamente equivalente ao Líbano, Síria, Palestina e Jordânia atuais), incluindo os lugares sagrados na Palestina.

Ao considerar as exigências de seus aliados, a Grã-Bretanha foi forçada a pesar seus próprios interesses estratégicos no território otomano. Em 8 de abril de 1915, o primeiro-ministro Herbert Asquith nomeou uma comissão para considerar cenários do pós-guerra para um Império Otomano derrotado. O comitê interdepartamental, batizado com o nome de seu presidente, Sir Maurice de Bunsen, pretendia pôr na balança “as perspectivas de vantagens para o Império Britânico com o reajuste das condições na Turquia asiática e o inevitável aumento da responsabilidade imperial”. No final de junho de 1915, o Comitê de Bunsen apresentou suas conclusões. No caso de uma divisão do Império Otomano, a Grã-Bretanha pretendia preservar sua posição no golfo Pérsico, do Kuwait aos Estados Truciais (os modernos Emirados Árabes Unidos), como uma esfera exclusiva de influência. Além disso, desejava ter toda a Mesopotâmia — Basra, Bagdá e Mossul — sob seu controle. Chegou inclusive a pensar em uma ponte ligando a Mesopotâmia ao porto mediterrâneo de Haifa, com uma ferrovia para garantir as comunicações imperiais.¹ O que chama a atenção é como o acordo pós-guerra correspondeu às recomendações do Comitê de Bunsen — sobretudo se considerarmos a emaranhada teia de promessas que a Grã-Bretanha posteriormente firmaria com seus aliados dos tempos de guerra.

Os britânicos elaboraram três acordos separados entre 1915 e 1917 para a divisão dos territórios árabes otomanos no pós-guerra: um acordo com o xarife de Meca para a criação de um reino árabe independente; um pacto europeu pela partilha da Síria e da Mesopotâmia entre a Grã-Bretanha e a França; e uma promessa ao movimento sionista de criar um Estado nacional judaico na Palestina. Um dos desafios da diplomacia britânica do pós-guerra foi encontrar uma maneira de cumprir tais promessas, contraditórias em muitos aspectos.

A primeira promessa era a de maior envergadura. Pouco depois da apresentação do relatório de Bunsen, Lord Kitchener, secretário de Estado britânico para a guerra, autorizou autoridades da Grã-Bretanha no Cairo a negociar uma aliança com o xarife de Meca, a principal liderança religiosa da cidade mais sagrada do islã. Era o início da guerra, e os britânicos estavam preocupados que o apelo otomano à jihad pudesse de fato ter o

impacto que os alemães esperavam — uma revolta geral no mundo muçulmano que desestabilizaria as colônias. Os britânicos esperavam virar o jogo com o chamado a uma contra-jihad feito pela mais importante figura islâmica no mundo árabe — em essência, transformando o nascente movimento nacionalista árabe em uma revolta contra os otomanos. Essa revolta também abriria uma frente interna contra o aliado oriental da Alemanha.

No verão de 1915, as tropas britânicas e da Commonwealth precisavam urgentemente de reforços, isoladas pela feroz resistência otomana e alemã em Galípoli. Em julho de 1915, o xarife de Meca, Hussein ibn Ali, começou a se corresponder com o alto-comissário britânico no Egito, Sir Henry McMahon. Ao longo de sua correspondência, que se estendeu por oito meses, até março de 1916, McMahon prometeu o reconhecimento britânico de um reino árabe independente, a ser governado pelo xarife Hussein e sua dinastia hachemita, se estes liderassem uma revolta árabe contra o domínio otomano. A Grã-Bretanha prometeu apoiá-la com fundos, armas e grãos.

As negociações entre Hussein e McMahon diziam respeito, sobretudo, aos limites do reino árabe. O xarife Hussein era bastante específico em suas demandas territoriais: toda a Síria, desde a fronteira egípcia no Sinai até a Cilícia e os montes Tauro, na Turquia; toda a Mesopotâmia até as fronteiras da Pérsia; e toda a península arábica, exceto a colônia britânica de Áden.

Em sua famosa carta de 24 de outubro de 1915, Sir Henry McMahon confirmou as fronteiras propostas pelo xarife Hussein, com duas ressalvas. Ele descartou a cessão da Cilícia e “dos territórios sírios a oeste dos bairros de Damasco, Homs, Hama e Alepo”, sobre os quais a França havia manifestado interesse, e sustentou a reivindicação britânica às províncias de Bagdá e Basra, um problema que poderia ser resolvido por uma administração conjunta anglo-árabe. “Observadas essas modificações”, McMahon assegurou a Hussein, “a Grã-Bretanha está pronta a reconhecer e apoiar a independência dos árabes em todas as regiões dentro dos limites exigidos pelo xarife de Meca.” Hussein aceitou de má vontade as alterações, advertindo que, “uma vez terminada a guerra, e na primeira oportunidade, solicitaremos [...] tudo que agora deixamos nas mãos da França em Beirute e no seu litoral”.²

Com base nesse entendimento com a Grã-Bretanha, em 5 de junho de 1916 o xarife Hussein convocou uma revolta árabe contra o domínio otomano. A revolta começou com ataques a posições do governo de Istambul no Hejaz. Meca caiu para as forças hachemitas em 12 de junho, e o porto de Jidá, no mar Vermelho, se rendeu quatro dias depois. A grande guarnição otomana em Medina conseguiu resistir ao ataque árabe, sendo reabastecida através da ferrovia do Hejaz. Os hachemitas estavam determinados a cortar essa linha vital de comunicação com Damasco a fim de forçar a rendição da cidade e completar a sua conquista da região. Eles se voltaram então para o norte, com o objetivo de sabotar a ferrovia de 1300 quilômetros de extensão em suas partes mais expostas, no deserto da Síria. Foi nesse momento que T. E. Lawrence entrou em ação, montando cargas sob galerias e cavaletes para interromper os trens a caminho de Medina.

Em julho de 1917, o exército árabe, comandado pelo filho do xarife Hussein, o emir Faisal, tomou a fortaleza otomana no pequeno porto de Ácaba (na moderna Jordânia) e estabeleceu ali seu quartel-general, a partir do qual suas forças investiram contra fortalezas otomanas em Maan e Tafilá ao mesmo tempo que mantinham um fluxo constante de ataques à ferrovia do Hejaz. No entanto, o exército árabe nunca conseguiu superar as defesas turcas e tomar a cidade de Maan. Além disso, eles encontraram resistência de tribos e cidadãos árabes aliados a Istambul.

Na cidade vizinha de Al-Karak, os membros das tribos e os habitantes da cidade formaram uma milícia de quinhentos homens e partiram "entusiasmados para combater Faisal e seu bando" em 17 de julho de 1917. Os voluntários de Al-Karak travaram uma batalha de três horas contra as forças lideradas pelos hachemitas e declararam vitória depois de terem matado nove homens do exército árabe e capturado dois de seus cavalos. Essa escaramuça de menor importância revelava até que ponto a revolta árabe dividia a lealdade local entre os partidários dos otomanos e dos hachemitas. Em agosto de 1917, os serviços de inteligência britânicos e franceses concordaram que as tribos da Transjordânia militavam decididamente no campo otomano.³ A contra-jihad invocada pelo xarife Hussein não conseguira conquistar os árabes como um todo.

Diante da obstinada resistência otomana em Maan e dos combates em território por vezes hostil, os hachemitas marcharam em direção ao norte, para a cidade-oásis de al-Azrak, em agosto de 1918. Dessa nova base, o exército árabe, que havia crescido para um contingente de 8 mil homens, partiu em um movimento de pinça com o exército do general Edmund Allenby, na Palestina, para tomar a cidade de Damasco. Com a queda de Damasco em 2 de outubro de 1918, a revolta árabe assegurou sua maior ambição — e o xarife Hussein esperava que a Grã-Bretanha honrasse seus compromissos.

O SEGUNDO ACORDO DE GUERRA da Grã-Bretanha para a ordenação do território otomano foi o mais complexo. Os britânicos estavam cientes das ambições territoriais da França e da Rússia sobre as terras otomanas, embora os três aliados ainda não tivessem firmado um acordo formal. Enquanto McMahon ainda estava em negociações com o xarife Hussein, os governos britânico e francês nomearam representantes para concluir um acordo formal sobre a divisão do território otomano no pós-guerra. Os franceses foram representados por François Georges-Picot, ex-cônsul-geral em Beirute, e os britânicos pelo assessor de Lord Kitchener no Oriente Médio, Sir Mark Sykes. Os dois lados chegaram a um acordo no início de 1916, que a Rússia se dispôs a subscrever, contanto que suas reivindicações territoriais fossem aceitas pela Grã-Bretanha e pela França.

O acordo final, que ficou conhecido como o Acordo Sykes-Picot, foi selado em outubro de 1916. Ele pintou o mapa do Oriente Médio em tons de vermelho e azul: a zona vermelha correspondia às províncias de Bagdá e Basra, em que os britânicos teriam o direito de “estabelecer administração direta ou indireta, submetendo-as a seu controle, se o desejassem”, e a zona azul cobria a Cilícia e a região costeira da Síria, onde os franceses gozariam das mesmas prerrogativas. A Palestina, sombreada de marrom, era a exceção, constituindo uma área sob “administração internacional” cuja forma definitiva devia ainda ser determinada. Além disso, a Grã-Bretanha reivindicava uma área de controle informal que se estendia pelo

norte da Arábia, de Kirkuk, no centro do Iraque, até Gaza, e os franceses reivindicaram controle informal sobre um vasto triângulo que ia de Mossul a Alepo e Damasco.⁴ O acordo também confirmava as fronteiras dos territórios reivindicados pela Rússia no leste da Anatólia.

O Acordo Sykes-Picot criou mais problemas do que soluções. Mais tarde, os britânicos se arrependeram de terem oferecido Mossul e o norte da Mesopotâmia à tutela da França, e tiveram dúvidas sobre a internacionalização de toda a Palestina. Além disso, o acordo não respeitava nem o espírito nem a letra das cartas trocadas entre Hussein e McMahon. Foi, nas palavras de um observador palestino, "um assombroso exemplo de jogo duplo".⁵

DE TODAS AS PROMESSAS DE GUERRA feitas pelo governo britânico, a terceira foi a mais duradoura. Depois de séculos de antissemitismo na Europa e na Rússia, um grupo de pensadores judeus europeus se uniu em torno do sonho de estabelecer uma pátria na Palestina. A partir de 1882, ondas de imigrantes judeus haviam fugido da perseguição na Rússia, e uma pequena minoria — cerca de 20 mil a 30 mil — havia se estabelecido na Palestina. De 1882 a 1903, a maior parte dessa primeira onda de emigrados se estabeleceu em cidades palestinas, mas cerca de 3 mil viviam em uma série de colônias agrícolas ao longo da planície costeira e nas montanhas do norte do Monte Carmelo, apoiadas por filantropos judeus europeus como Moses Montefiore e o barão Edmond de Rothschild.

Este movimento ganhou força em 1896 com a publicação do livro de referência de Theodor Herzl, *O Estado judeu*. Herzl, um jornalista vienense, encorajou a disseminação de um novo movimento nacionalista judeu que veio a ser conhecido como sionismo. No verão de 1897, ele convocou o 1º Congresso Sionista, no qual foi estabelecida a Organização Sionista Mundial e definidos os seus objetivos: "Fundar uma pátria para o povo judeu na Palestina garantida pela lei pública".⁶

A Organização Sionista Mundial precisava obter apoio internacional para o seu projeto. Com a eclosão da Primeira Guerra, mudou sua sede

de Berlim para Londres. Seu líder era Chaim Weizmann, um professor de química cujas contribuições para o esforço de guerra (ele havia feito uma descoberta que podia ser aplicada diretamente na produção de projéteis de artilharia) haviam lhe granjeado acesso aos mais altos níveis do governo britânico. Weizmann aproveitou suas conexões para buscar o apoio formal do governo ao sionismo.⁷ Depois de mais de dois anos de lobby ativo junto ao primeiro-ministro David Lloyd George e ao ministro das Relações Exteriores, Arthur Balfour, Weizmann conseguiu o endosso que buscava. Em uma carta datada de 2 de novembro de 1917, Balfour relatava a Weizmann:

O governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento de uma pátria nacional para o povo judeu na Palestina, e empreenderá seus melhores esforços para facilitar a realização deste objetivo, estando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país.⁸

Esse pronunciamento arrebatador era claramente motivado por interesses britânicos. Ao estender seu apoio às aspirações sionistas na Palestina, disse Balfour ao gabinete de guerra, “estaremos em posição de promover uma propaganda extremamente útil tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos”, onde “a grande maioria dos judeus [...] parece ser favorável ao sionismo”. Além disso, os sionistas devolveram o favor e, na sequência da Declaração Balfour, pressionaram para que a Palestina fosse colocada sob domínio britânico, solucionando uma das inquietações da Grã-Bretanha com o Acordo Sykes-Picot, que deixara a Palestina sob uma mal definida administração internacional.

O MOMENTO DA VERDADE, quando a Grã-Bretanha foi forçada a confrontar suas promessas conflitantes, chegou em dezembro de 1917. A Declaração Balfour era uma declaração pública, abertamente discutida pelo governo britânico. O Acordo Sykes-Picot, ao contrário, fora concluído em segredo entre os

três parceiros da Entente. Depois da Revolução Russa de outubro de 1917, os bolcheviques começaram a publicar documentos confidenciais do Ministério das Relações Exteriores para desacreditar a diplomacia secreta do governo czarista — entre eles a troca de cartas que constituía o Acordo Sykes-Picot. A notícia do acordo secreto para a divisão do Império Otomano chegou a Istambul antes de chegar ao mundo árabe. Os turcos e os alemães viram uma oportunidade de semear a discórdia entre hachemitas e britânicos.

Os otomanos, sitiados pelo exército da Grã-Bretanha na Palestina, aproveitaram a perfídia britânica para se aproximar dos hachemitas com uma oferta de paz. Em 4 de dezembro de 1917, num discurso pronunciado em Beirute, o comandante otomano, Cemal Paxá, insistiu no logro cometido pelos britânicos contra os árabes:

Não fosse a libertação prometida ao xarife Hussein pelos britânicos uma miragem e uma ilusão, se tivesse havido qualquer perspectiva, por mais remota que fosse, de que seus sonhos de independência pudessem ser realizados, eu poderia ter admitido algum motivo para a revolta no Hejaz. Mas as verdadeiras intenções dos britânicos são agora conhecidas: não foi necessário muito tempo para que fossem reveladas. E desse modo o xarife Hussein [...] há de sofrer a humilhação que ele próprio impingiu a si mesmo, de ter trocado a dignidade conferida a ele pelo califa do islã [isto é, o sultão otomano] por uma condição de escravidão aos britânicos.⁹

Cemal Paxá ofereceu termos generosos aos hachemitas na esperança de que eles pudessem abandonar sua aliança com a Grã-Bretanha e retornar ao núcleo otomano. O xarife Hussein e seus filhos enfrentaram uma decisão difícil, mas optaram por preservar a aliança com os britânicos a fim de buscar sua independência dos turcos. A confiança árabe nas promessas da Grã-Bretanha, no entanto, fora abalada — e por bons motivos. Entre a correspondência Hussein-McMahon, o Acordo Sykes-Picot e a Declaração Balfour, o governo britânico havia prometido a maior parte da Grande Síria e da Mesopotâmia a pelo menos dois lados, e, no caso da Palestina, a pelo menos três.

PARA ENDOSSAR SUAS BOAS INTENÇÕES aos aliados árabes, em novembro de 1918, após a retirada otomana de suas antigas províncias, britânicos e franceses emitiram uma declaração pública paliativa, na qual definiram seus objetivos de guerra nos territórios árabes como "a completa e definitiva emancipação dos povos há muito oprimidos pelos turcos e o estabelecimento de governos e administrações nacionais que derivem sua autoridade da iniciativa e da livre escolha das populações locais".¹⁰ Eles se esforçaram para assegurar aos árabes de que não buscavam nenhum ganho com suas ações. Por um breve período, essas declarações dissimuladas conseguiram acalmar a opinião pública, mas teriam pouca influência sobre os interesses imperiais anglo-franceses que sustentavam seus acordos de partição.

Terminada a Grande Guerra, as potências vitoriosas da Entente lançaram-se à difícil tarefa de restaurar a ordem — isto é, a visão que tinham dela — num mundo atormentado pelos confrontos. Na imensa fila de problemas do pós-guerra a serem resolvidos, os impacientes líderes do mundo árabe foram instruídos a aguardar a sua vez. No devido tempo, os pacificadores iriam abordar suas preocupações e os conflitos de interesse decorrentes das promessas britânicas.

★ ★ ★

EM MAIS DE CEM ENCONTROS ENTRE janeiro e junho de 1919, os líderes da vitoriosa Entente reuniram-se em Paris para impor condições a seus inimigos derrotados — Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano. Um presidente americano em exercício deixou pela primeira vez os Estados Unidos para desempenhar um papel na diplomacia mundial. David Lloyd George e Georges Clemenceau, os primeiros-ministros da Grã-Bretanha e da França, assumiram a liderança na definição da agenda. Junto com a Itália, esses Estados compunham o Conselho dos Quatro que tomaria a maior parte das decisões em Paris. Depois de quatro anos de uma "guerra para acabar com todas as guerras", França e Grã-Bretanha estavam determinadas a aproveitar a Conferência de Paz de Paris para garantir que a Alemanha nunca mais representasse uma ameaça à paz europeia, e usariam a

conferência para redesenhar os mapas da Europa, Ásia e África, incluindo o mundo árabe. Além disso, recompensariam seus próprios esforços de guerra com o território e as posses coloniais das potências derrotadas.

Entre os pacificadores da Conferência de Paz de Paris, em 1919, o presidente americano Woodrow Wilson falou com um idealismo que arrebatou os povos sob domínio estrangeiro em todo o mundo. Em 8 de janeiro de 1918, em seu discurso a uma sessão conjunta do Congresso, Wilson estabeleceu uma visão das políticas americanas do pós-guerra em catorze pontos que acabaram por ficar famosos. Ele declarou o fim dos "dias de conquista e engrandecimento" e afirmou a visão radical de que, em questões coloniais, os interesses das populações envolvidas deveriam ter o mesmo peso das reivindicações do poder imperial. Wilson abordou as aspirações árabes em seu 12º ponto, assegurando aos árabes "uma oportunidade absolutamente intocável de desenvolvimento autônomo". Para muitos na região, este foi o primeiro encontro com a emergente superpotência americana que viria a dominar os assuntos mundiais no século xx. Enquanto o mundo se reunia em Paris para elaborar os termos da paz, os árabes consideravam Woodrow Wilson o porta-estandarte de suas aspirações.

Entre as delegações árabes que apresentaram seu caso em Paris estava o comandante da revolta árabe, o emir Faisal. Nascido nas terras altas de Taif, Faisal (1883-1933) era o terceiro filho do xarife de Meca, Hussein ibn Ali (g. 1908-17), e passou grande parte da infância em Istambul, onde recebeu uma educação otomana. Eleito em 1913 para o Parlamento otomano a fim de representar o porto de Jidá no Hejaz, Faisal visitou Damasco em 1916 e ficou chocado com as medidas repressivas de Cemal Paxá contra os nacionalistas árabes. Durante sua estada na cidade, reuniu-se com membros de sociedades nacionalistas secretas e assumiu o papel principal no comando das operações durante a revolta árabe de 1916-8.

Após a retirada otomana em 1918, Faisal estabeleceu um governo árabe em Damasco com o objetivo de resgatar a promessa da Grã-Bretanha de apoiar a criação de um reino árabe. Na Conferência de Paz de Versalhes, procurou consolidar sua posição na Síria e forçar os britânicos a honrar os compromissos assumidos com o pai, conforme estabelecidos na correspon-

dência mantida por Hussein e McMahon entre 1915 e 1916, em detrimento de outras promessas de guerra da Grã-Bretanha. Ele aceitou os termos da Declaração Balfour e, em janeiro de 1919, chegou a assinar um acordo com o líder sionista Chaim Weizmann, concedendo a Palestina ao movimento sionista com a condição de que todas as suas demais exigências por um reino árabe fossem plenamente atendidas pelos aliados. "Mas, caso haja qualquer modificação ou desvio, por menor que seja", nas exigências hachemitas, escreveu Faisal no final de sua proposta de entendimento com o líder sionista, "não me prenderei a uma única palavra do presente acordo".¹¹ E ele tinha de fato boas razões para duvidar de que chegaria o dia em que teria de honrar o compromisso com Weizmann.

Em janeiro de 1919, Faisal apresentou um memorando ao Conselho Supremo da Conferência de Paz de Paris estabelecendo as aspirações árabes. Ele pretendia ser realista, chegando a atenuar muitas das exigências originais do pai, estabelecidas em sua correspondência com McMahon três anos antes. Em seu memorando, Faisal escreveu que "o objetivo final dos movimentos nacionalistas árabes [...] é unir os árabes em uma nação". Ele baseava sua reivindicação na unidade étnica e linguística árabe, nas pretensas aspirações dos partidos nacionalistas árabes do pré-guerra na Síria e na Mesopotâmia e nos serviços prestados pelos árabes ao esforço de guerra dos aliados. O emir reconhecia que os diferentes territórios árabes eram "muito diversos em termos econômicos e sociais" e que seria impossível integrá-los em um único Estado imediatamente. Ele buscava independência total e imediata para a Grande Síria (incluindo o Líbano, a Síria e a Transjordânia) e a província do Hejaz, no oeste da Arábia; aceitava a intervenção estrangeira na Palestina, para mediar demandas entre judeus e árabes, e na Mesopotâmia, onde a Grã-Bretanha tinha interesses petrolíferos; e declarava o Iêmen e a província central do Najd, na Arábia (com cujos governantes sauditas a Grã-Bretanha havia chegado a um acordo formal), fora do escopo do reino árabe. Mesmo assim, mantinha o compromisso de "uma eventual união dessas áreas sob um governo soberano". E concluía: "Se nossa independência for concedida e nossa competência local estabelecida, as influências naturais de raça, língua e interesse logo nos levarão a um só povo".¹²

Essa visão de um Estado árabe unificado era a última coisa que os aliados desejavam. A presença de Faisal em Paris era um embaraço para britânicos e franceses. Ele estava forçando os primeiros a cumprir sua palavra e atrapalhando as ambições imperiais dos segundos. Os americanos forneceram uma saída para o que estava se tornando uma situação embaraçosa para a Grã-Bretanha, a França e os hachemitas. Wilson sugeriu a formação de uma comissão multinacional de investigação para determinar os desejos do povo sírio em primeira mão. Para Wilson, a comissão estabeleceria um precedente no âmbito da autodeterminação nacional, pondo em prática os princípios de seus Catorze Pontos. Já para a Grã-Bretanha e a França, a comissão permitiria adiar por vários meses a consideração das reivindicações hachemitas, e durante esse tempo eles estariam livres para dispor dos territórios árabes como bem entendessem. Faisal aceitou a sugestão pelo que ela parecia ser e agradeceu Wilson por dar aos árabes a oportunidade de expressar "seus próprios propósitos e ideais para o seu futuro nacional".¹³

EM RETROSPECTO, é fácil ver que a Comissão King-Crane, liderada pelos americanos, era uma missão enganosa. Os britânicos e franceses se recusaram a nomear representantes para participar do estudo, prejudicando assim a validade do que se tornou uma delegação meramente americana, e não multinacional. Como não tinham a intenção de se comprometer com as conclusões da comissão, eles não quiseram comprometer seus próprios diplomatas no processo. E, no entanto, o Relatório King-Crane é um documento único, que fornece, nas palavras de seus autores, uma análise bastante precisa da opinião política na Síria naquele momento — um vislumbre das aspirações e dos medos das comunidades rurais e urbanas naquele breve interlúdio entre os domínios otomano e europeu.¹⁴

Em março de 1919, o presidente Wilson nomeou o diretor do Oberlin College, Henry Churchill King, e o empresário Charles R. Crane, de Chicago, para chefiar a comissão. Os dois homens tinham amplo conhecimento do Oriente Médio — King como estudioso da história bíblica, e

Crane por conta de suas viagens pelo território otomano, que empreendia desde 1878. Os americanos partiram para a Síria em maio de 1919 com instruções para se encontrar com representantes locais e fazer um relato sobre as aspirações dos povos árabes na Síria, no Iraque e na Palestina. A Comissão King-Crane foi muito mais do que apenas uma missão de apuração de fatos. A presença dos dois homens na Grande Síria desencadeou uma intensa atividade nacionalista, que conseguiu envolver uma faixa mais ampla da população do que qualquer outro movimento político até então.

Ao voltar de Paris de mãos vazias, o emir Faisal apresentou a iminente chegada da Comissão King-Crane a seus seguidores como um desenvolvimento favorável e um passo importante no sentido de materializar as aspirações nacionais da Síria. Ele fez um discurso a uma assembleia de notáveis da Grande Síria para informá-los sobre suas experiências. Não podia lhes dizer toda a verdade, isto é, que fora deixado à espera e humilhado pelos pacificadores de Paris, que pareciam decididos a rejeitar a defesa dos interesses imperiais árabes na Grande Síria. Agora que estava de volta ao território árabe, falando sua própria língua para seus próprios partidários, Faisal demonstrava condescendência com os europeus. "Fui à conferência realizada em Paris [...] para reivindicar os nossos direitos", explicou. "Mas logo percebi que os ocidentais não sabiam absolutamente nada sobre os árabes, que suas informações provinham dos contos das *Mil e uma noites*." Em muitos aspectos, ele estava certo. À exceção de um punhado de especialistas, o político médio britânico e francês sabia muito pouco sobre o mundo árabe. "Por conta dessa ignorância da parte deles, é claro, fui obrigado a perder muito tempo apenas com a exposição de fatos básicos", explicou Faisal.

Olhando face a face para os seus seguidores, que muitas vezes interrompiam seu discurso para lhe demonstrar devoção, ele não podia admitir o fracasso. No entanto, esticou a verdade além dos fatos ao afirmar que, em princípio, os aliados haviam reconhecido a independência do povo árabe. Ele tentou apresentar a Comissão King-Crane como uma extensão do reconhecimento das aspirações árabes por parte das grandes potências. "O comitê internacional", disse, "pedirá que vocês se expressem da ma-

neira que julgarem melhor, pois as nações de hoje não desejam governar os outros povos, exceto com o consentimento deles."¹⁵

Encorajados pelas palavras de Faisal, os nacionalistas sírios começaram a trabalhar para unir o povo em uma agenda comum. O governo árabe distribuiu sermões para serem lidos nas orações das sextas-feiras nas mesquitas, associações políticas e culturais foram convocadas a fim de preparar petições para a Comissão King-Crane e líderes das aldeias e da cidade foram mobilizados para encorajar uma resposta entusiasmada à comissão. Milhares de panfletos foram impressos e distribuídos. Para os novatos na política nacionalista, as ideias eram apresentadas diretamente, sob a forma de slogans. "Exigimos independência absoluta", afirmava um deles, em vigoroso árabe e inglês. Outro exortava os sírios a defenderem sua liberdade, intercalando parênteses com slogans nacionalistas no meio do texto principal.

Que ninguém o engane e o induza a trair a terra de seus avós, ou seus filhos e netos irão amaldiçoá-lo. Viva livre! Liberte-se do jugo da opressão. Busque seu próprio benefício e faça suas exigências da seguinte maneira:

Primeiro: Exija (Independência Política Total) sem restrições ou condições, sem proteção ou tutela de terceiros.

Segundo: Não aceite a divisão da terra do seu povo e da sua pátria, em outras palavras (a Síria em sua totalidade é una e indivisível).

Terceiro: Exija o reconhecimento das fronteiras do seu país, os montes Tauro ao norte, o deserto do Sinai ao sul, o Mediterrâneo a oeste.

Quarto: Trabalhe pela independência e união [da Síria] com outros territórios árabes liberados.

Quinto: Quando necessário, mostre preferência pela assistência financeira ou técnica dos Estados Unidos, contanto que isso não comprometa nossa total independência política.

Sexto: Proteste contra o artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, que estabelece a necessidade de tutela sobre os povos que buscam a independência.

Sétimo: Recuse qualquer pretensão feita por qualquer Estado a direitos históricos ou preponderantes em nossas terras.

(assinado) Um nacionalista árabe informado.¹⁶

Ainda que mesmo no original árabe a linguagem seja truncada, a mensagem não é ambígua. À medida que as comunidades locais se preparavam para se reunir com a Comissão King-Crane, essas exigências eram repetidas com frequência nas petições apresentadas e nos slogans cantados e pintados em cartazes e faixas.

Tendo mobilizado a opinião pública síria, Faisal e seus conselheiros convocaram um Parlamento improvisado para apresentar as opiniões do povo à comissão internacional. Os hachemitas sabiam que, de acordo com as regras da política europeia, as nações deveriam expressar suas legítimas aspirações por meio de assembleias eleitas. Assim, adotaram os procedimentos eleitorais otomanos para selecionar representantes das cidades do interior da Síria, embora tenham sido obrigados a recorrer a outros métodos no Líbano e na Palestina, onde as autoridades de ocupação britânicas e francesas haviam obstruído toda ação política.¹⁷ Líderes de famílias e tribos notáveis na Palestina e no Líbano foram convidados a Damasco a fim de tomar parte no Congresso Geral da Síria. Quase cem representantes foram selecionados, embora apenas 69 tenham conseguido chegar a Damasco a tempo de participar de suas deliberações. Eles estavam trabalhando contra o relógio para produzir uma declaração de aspirações nacionais antes que a Comissão King-Crane chegasse à cidade.

A COMISSÃO KING-CRANE CHEGOU a Jaffa em 10 de junho de 1919 e passou seis semanas visitando cidades e aldeias na Palestina, na Síria, na Transjordânia e no Líbano. Os comissários coletaram estatísticas sobre todos os aspectos da viagem. Eles realizaram encontros em mais de quarenta cidades e centros rurais e se reuniram com 442 delegações, representando pessoas de todas as classes e profissões, como conselheiros municipais e administrativos, chefes de aldeias e xeques tribais. Receberam agricultores, comerciantes e representantes de mais de uma dezena de agremiações cristãs, muçulmanos sunitas e xiitas, judeus, drusos e outros grupos minoritários. Além disso, reuniram-se com oito diferentes delegações femininas e se maravilharam com "o novo papel que as mulheres estão desempenhando

nos movimentos nacionalistas no Oriente". No curso de suas viagens, coletaram 1863 petições, com um total de 91079 assinaturas — representando quase 3% do total da população da Grande Síria (que eles estimaram em 3,2 milhões). Os comissários não poderiam ter sido mais cuidadosos ao sondar a opinião pública.

Em 25 de junho, King e Crane chegaram a Damasco. Yusuf al-Hakim, ministro do governo do emir Faisal, lembrou-se:

Eles fizeram uma visita oficial ao Palácio Real e ao chefe do governo. Em seguida, retornaram ao hotel, onde as primeiras pessoas a cumprimentá-los foram os homens da imprensa. Em resumo, eles disseram aos jornalistas que tinham vindo para avaliar a vontade das pessoas em relação a seu futuro político e para saber que tipo de Estado prefeririam que exercesse um mandato temporário sobre elas, a fim de prover assistência técnica e econômica, de acordo com as declarações anteriores do presidente Wilson.¹⁸

Em 2 de julho, o Congresso Geral apresentou à comissão uma resolução de dez pontos que, segundo eles, representavam tanto a opinião do povo sírio quanto o governo do emir Faisal.¹⁹ A resolução revelava um surpreendente grau de conhecimento por parte dos redatores sobre assuntos internacionais; o texto estava repleto de citações do presidente Wilson e do Pacto da Liga das Nações, e também fazia várias referências às promessas conflitantes da diplomacia britânica em tempos de guerra e aos objetivos do sionismo. King e Crane afirmaram que esse foi o documento mais importante de sua missão.

Em sua resolução, os representantes do Congresso Geral exigiam completa independência política para a Síria e estabeleciam as fronteiras geográficas que a separavam da Turquia, do Iraque, do Najd, do Hejaz e do Egito. Eles desejavam que o país fosse governado por uma monarquia constitucional, tendo o emir Faisal como rei, e rejeitaram de imediato o princípio de mandato estabelecido no artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, argumentando que não eram menos dotados do que os búlgaros, sérvios, gregos e romenos, todos os quais haviam conquistado completa

independência do governo otomano sem a necessidade de tutela europeia. Ao mesmo tempo, os representantes sírios expressaram inteira disposição em viver sob um mandato, contanto que restrito à provisão de assistência técnica e econômica. Eles confiavam sobretudo nos Estados Unidos para cumprir esse papel, "acreditando que a nação americana encontra-se longe de possuir pretensões colonizadoras e não tem ambição política em nosso país". Em caso de recusa dos Estados Unidos, o povo sírio aceitaria um mandato britânico, mas rejeitava qualquer papel para a França. A resolução também pedia a independência do Iraque, então sob ocupação britânica.

O Congresso Geral tomou uma posição firme contra a diplomacia secreta do tempo de guerra. Num golpe contra o Acordo Sykes-Picot e a Declaração Balfour, seus membros escreveram:

Os princípios fundamentais estabelecidos pelo presidente Wilson na condenação de tratados secretos nos impelem a protestar enfaticamente contra qualquer tratado que estipule a divisão de nosso país e contra qualquer compromisso privado visando o estabelecimento do sionismo na parte sul da Síria; portanto, pedimos a anulação completa dessas convenções e acordos.

Eles descartaram qualquer separação do Líbano ou da Palestina do reino sírio, e passaram a encarar os objetivos do sionismo como inimigos de seus interesses nacionais.

Nós nos opomos às pretensões dos sionistas de criar uma comunidade judaica na parte sul da Síria, conhecida como Palestina, e à migração sionista para qualquer parte de nosso país; pois não reconhecemos o seu direito, e os consideramos um grave risco para o nosso povo, do ponto de vista nacional, econômico e político.

Havia um tom de indignação moral na resolução do Congresso Geral. Muitos no governo provisório da Síria tinham lutado com o emir Faisal na revolta árabe. Eles acreditavam terem sido aliados da Grã-Bretanha e da França em tempo de guerra e terem contribuído significativamente para

a vitória na frente otomana. Faisal e seu exército árabe haviam entrado em Damasco em 2 de outubro de 1918 e libertado a cidade do domínio otomano. Eles acreditavam que o povo sírio tinha agora o direito de determinar seu próprio futuro político, tendo vencido no campo de batalha. O Congresso Geral esperava, em suma, justiça de seus aliados, "para que nossos direitos políticos não sejam menores após a guerra do que eram antes, uma vez que derramamos tanto sangue pela nossa liberdade e independência".

Em agosto de 1919, depois de seis semanas na Síria, King e Crane seguiram para Istambul a fim de redigir seu relatório. Em suas recomendações à Conferência de Paz, feitas depois de uma extensa análise de todo o material que haviam reunido, eles endossaram amplamente a resolução do Congresso Geral. Sugeriram a criação de um Estado sírio único, não dividido, tendo o emir Faisal como chefe de uma monarquia constitucional, e recomendaram que este fosse colocado sob o mandato de uma única potência, preferencialmente os Estados Unidos (ou a Grã-Bretanha, como segunda opção), por um período limitado, para prover apoio. Além disso, os comissários solicitaram modificações ao projeto sionista, impondo limites à imigração judaica. King e Crane argumentaram que as promessas da Declaração Balfour, de *ao mesmo tempo* estabelecer uma pátria nacional judaica na Palestina e respeitar "os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina", eram irreconciliáveis. "Nas entrevistas que esta comissão teve com representantes judeus", observou o Relatório King-Crane, "um fato foi repetidamente enfatizado: que os sionistas ansiavam pela expropriação quase completa dos atuais habitantes não judeus da Palestina, por meio de várias formas de compra."²⁰ De maneira pouco surpreendente, os comissários descobriram que 90% da população não judaica da Palestina era "enfaticamente contrária ao programa sionista" e que 72% das petições que recebiam na Grande Síria eram dirigidas contra o sionismo.

A comissão apresentou seu relatório à delegação americana em Paris no final de agosto de 1919. Embora não tivesse conhecimento do conteúdo do texto, o emir Faisal não poderia ter esperado nada melhor. Para os eu-

ropeus, no entanto, o Relatório King-Crane era um documento bastante inconveniente. Ele foi recebido pelo secretariado da Conferência de Paz e arquivado sem mais consultas. Só foi tornado público três anos mais tarde, depois que a Grã-Bretanha e a França haviam concluído uma divisão do mundo árabe que, segundo acreditavam na época, representava melhor seus interesses.

EM 1º DE NOVEMBRO DE 1919, a Grã-Bretanha declarou que pretendia retirar suas tropas da Síria e do Líbano, transferindo sua autoridade aos militares franceses. O Congresso Geral da Síria, confrontado com uma iminente ocupação por parte da França, decidiu tomar a iniciativa. Seus membros prepararam uma declaração de independência, baseada na resolução entregue à Comissão King-Crane, que foi lida da sede do governo em Damasco em 8 de março de 1920. Faisal foi declarado rei da Síria, que incluía em suas fronteiras a Palestina e o Líbano.

Os governos da Grã-Bretanha e da França se recusaram a reconhecer a declaração de independência síria. Os britânicos olhavam para o outro lado enquanto os franceses se preparavam para ocupar Damasco e destronar seu aliado de guerra, o emir — agora rei — Faisal. Cada vez mais isolado internamente pelo fracasso em cumprir suas promessas de independência, Faisal só conseguiu reunir um pequeno bando de partidários para enfrentar o exército francês que avançava do Líbano em direção à Síria. Os damascenos não acreditavam que valesse a pena morrer pela causa dele.

Na madrugada de 24 de julho de 1920, um grupo de 2 mil voluntários árabes se reuniu em um caravançará — uma hospedaria para caravanas — isolado chamado Khan Maysalun, em um desfiladeiro na estrada Beirute-Damasco. Eles enfrentaram uma bizarra coluna de soldados coloniais em uniformes franceses: argelinos, marroquinos e tropas senegalesas sob o comando de comandantes franceses enviados para garantir o domínio francês na Síria. Era um reflexo do poder do Império Francês que soldados árabes muçulmanos de suas colônias do norte da África estivessem dispostos a servir seus senhores contra os soldados irregulares da Síria, também

árabes muçulmanos. Sati al-Husri, um dos membros do governo provisório da Síria e um comprometido nacionalista árabe, registrou suas memórias do "dia de Maysalun" enquanto seguia os acontecimentos de Damasco:

Pouco a pouco, detalhes da batalha começaram a chegar até nós. Embora eu não pudesse nutrir nenhuma esperança de vitória, em vista do que sabia sobre o nosso exército e o equipamento dos franceses, continuei desejando que o resultado permanecesse duvidoso pelo maior tempo possível, por causa de nossa honra militar. Às dez horas, no entanto, recebemos a notícia de que o exército havia sido derrotado e o front estilhaçado. Dizia-se que Yusuf al-Azmah [o ministro da Guerra e comandante das forças armadas] havia morrido. Eu disse que não — ele havia cometido suicídio em Maysalun, um verdadeiro mártir!²¹

As forças francesas superaram os defensores em Maysalun e em seguida entraram em Damasco, marcando o início de uma infeliz ocupação colonial que se estenderia por 26 anos. No entanto, o significado simbólico de Maysalun se espalhou muito além das fronteiras da Síria. Para os árabes, essa pequena batalha representou a traição das promessas de guerra da Grã-Bretanha, o fracasso da visão de autodeterminação nacional do presidente americano Woodrow Wilson e o triunfo dos interesses coloniais britânico e francês sobre as esperanças e aspirações de milhões de árabes. A Batalha de Maysalun foi equiparada ao pecado original, quando os europeus impuseram seu sistema estatal ao Oriente Médio, dividindo um povo que aspirava à unidade e colocando-o sob domínio estrangeiro contra o seu desejo. Os novos Estados e limites árabes impostos pelo acordo do pós-guerra foram notavelmente duradouros. O mesmo se pode dizer dos problemas que eles geraram.

* * *

POLÍTICOS NACIONALISTAS DO EGITO também acreditaram que poderiam alcançar sua independência da Grã-Bretanha na Conferência de Paz de Paris. Enganado pelos Catorze Pontos de Woodrow Wilson, o establishment

político do país achava que Paris inauguraria uma nova ordem mundial. Eles acreditavam que a era dos impérios seria substituída por uma nova comunidade de nações, criada mediante o exercício da autodeterminação nacional. E, assim como os aliados hachemitas da Grã-Bretanha, os egípcios também acreditavam ter conquistado a independência depois de todas as dificuldades enfrentadas em nome dos aliados europeus.

Após 36 anos de domínio britânico, a Primeira Guerra Mundial serviu apenas para consolidar a presença imperial da Grã-Bretanha no Egito, que foi unilateralmente declarado um protetorado britânico em dezembro de 1914, com a deposição do quediva Abbas II, acusado de ter "se juntado aos inimigos do rei" (na época, ele estava em Istambul). Como o Egito não era mais um Estado vassalo otomano, seu governante não era mais um vice-rei. O quediva deposto foi substituído pelo tio, Hussein Kamil, o membro mais velho da linhagem de Muhammad Ali, e recebeu o novo título de sultão. Os britânicos esperavam diminuir a influência do sultão otomano promovendo o sultão egípcio, assim como esperavam que o apelo do xarife Hussein por uma revolta contra os turcos abalasse o chamado do sultão à jihad contra a Grã-Bretanha e a França. Esse estratagema teve pouco impacto sobre os muçulmanos no Egito ou sobre a comunidade muçulmana em geral, que continuou a reverenciar o sultão otomano em seu papel de califa, o líder da comunidade islâmica global.

No início da guerra, o fardo do apoio egípcio aos britânicos recaiu mais pesadamente sobre os trabalhadores do país. As colheitas foram requisitadas para o esforço de guerra, e os camponeses recrutados para servir em equipes destinadas a fornecer apoio logístico na frente ocidental. A inflação e a escassez de bens reduziram os padrões de vida de todos, e muitos egípcios empobreceram. O Cairo e Alexandria foram inundados por soldados britânicos e da Commonwealth, que se reuniam e treinavam ali antes de partir para os combates em Galípoli e na Palestina. A enxurrada de militares aumentou a tensão com a população local, que acreditava que a presença de mais britânicos significava inevitavelmente menos independência.

Quando a guerra estava chegando ao fim, a mensagem de autodeterminação nacional de Woodrow Wilson caiu em terreno fértil no vale do

Nilo. Os egípcios acreditavam que, por suas muitas contribuições a uma guerra que não era propriamente deles, haviam conquistado o direito de autodeterminação. Em 13 de novembro de 1918, apenas dois dias após o armistício que colocara fim à Primeira Guerra Mundial, um grupo de respeitadas figuras políticas egípcias se dirigiu ao alto-comissário britânico, Sir Reginald Wingate, para exigir a total independência do país. O grupo era liderado por Saad Zaghloul, um seguidor de Muhammad Abduh formado na Universidade de al-Azhar que servira como ministro da Educação e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Egito. Zaghloul, que fazia parte do Partido do Povo, constituído antes da guerra, surgira como o líder da oposição nacionalista à presença britânica no Egito. Ele estava acompanhado por dois outros nacionalistas, Abd al-Aziz Fahmi e Ali Shaarawi.

Wingate recebeu os homens e ouviu seu pedido, que negou imediatamente. Ele não só proibiu que os egípcios enviassem uma delegação a Paris a fim de reforçar sua reivindicação na Conferência de Paz como se recusou a reconhecer o direito de Zaghloul de falar em nome das aspirações nacionais egípcias. Afinal, ninguém o havia eleito para ser o porta-voz do país.

A delegação egípcia não aceitou passivamente a recusa de Wingate. Zaghloul e seus colegas deixaram o Alto-Comissariado e decidiram de pronto assegurar seu mandato para falar em nome das aspirações nacionais egípcias. Eles redigiram uma petição pedindo autorização para viajar a Paris e apresentar o caso do Egito durante a Conferência de Paz, como o emir Faisal estava fazendo pela Síria, e enviaram ativistas por todo o Egito para recolher assinaturas. Apesar da obstrução empreendida por oficiais britânicos e do confisco de cópias assinadas, os nacionalistas conseguiram reunir um apoio impressionante ao movimento de Zaghloul. Cópias da petição foram enviadas a órgãos locais eleitos, conselhos provinciais e outros notáveis, e, em pouco tempo, centenas de milhares de assinaturas foram obtidas.²²

Pessoas por todo o Egito se uniram à causa de Saad Zaghloul, impacientes para garantir sua independência da Grã-Bretanha na Conferência de Paz. À medida que o movimento ganhava terreno, os britânicos tentaram conter a agitação nacionalista, tornando Paris irrelevante para a questão

egípcia. Wingate anunciou que qualquer mudança no status do Egito seria tratada pelo governo de Sua Majestade como "uma questão imperial, e não internacional". Em outras palavras, Zaghoul e seus colegas teriam que discutir suas ambições com o governo britânico em Whitehall, como uma questão imperial, em vez de apresentar para o mundo as reivindicações do Egito na tribuna de Paris. A administração britânica advertiu Zaghoul diretamente de que deveria pôr fim à agitação. Tendo desconsiderado a advertência, ele e seus principais colegas foram presos, em 8 de março de 1919, e deportados para Malta. O resultado foi uma revolta nacional que marcou o início da Revolução de 1919 no Egito.

A RESPOSTA PÚBLICA À PRISÃO de Saad Zaghoul e seus colegas foi imediata e violenta. O país se levantou em uma combinação de revoltas espontâneas e planejadas que se espalharam dos centros urbanos para o campo e envolveram todos os níveis da sociedade egípcia. As manifestações começaram em 9 de março de 1919, quando um grupo de estudantes se rebelou e decidiu vandalizar toda a infraestrutura associada ao domínio britânico, como trens, bondes e postes de iluminação. As manifestações antibritânicas e sua repressão pelas forças imperiais deixaram muitos mortos e feridos de ambos os lados.

A antiga Universidade de al-Azhar tornou-se um dos centros de organização da revolta. Em 13 de março, depois que as forças britânicas prenderam alguns de seus professores e estudantes, o chefe de segurança britânico, Joseph McPherson, visitou a mesquita anexa à universidade a fim de observar a agitação política em primeira mão. Vestindo apenas um fez como disfarce e recebendo olhares inamistosos dos egípcios ao seu redor, McPherson não conseguiu passar pela porta do templo, tão grande era a multidão. No entanto, mesmo de seu local com vista limitada, conseguiu distinguir um xeque religioso no interior da mesquita "discursando para uma plateia de centenas de pessoas do alto de um amontoado de pedras, dizendo que eles deveriam desafiar a própria morte em seus esforços para destruir o tirano e libertar-se de seu jugo, e prometendo o paraíso aos

'mártires' da causa santa". McPherson também viu o Comitê Central Revolucionário coletando recursos para fomentar a revolta no campo.²³

As comunidades rurais também atacaram o que associavam ao domínio britânico — os armazéns e as instalações ferroviárias através das quais suas colheitas requisitadas eram transportadas durante a guerra foram sabotados, assim como as linhas telegráficas que proporcionavam um sistema de comunicação eficiente aos administradores. Nas cidades, as classes trabalhadoras recorreram à ação industrial. A ferrovia estatal egípcia entrou em greve, e da mesma forma os bondes do Cairo. McPherson, o chefe de segurança britânico, catalogou os participantes da revolta, de garotos a varredores de rua, com desdém: "Lunáticos gritando pelas ruas, mulheres emancipadas para a ocasião fazendo discursos sobre tocos de madeira, crianças e desqualificados de todos os tipos gritando ofensas grosseiras em desprezo pelos tiranos caídos".

Os egípcios se recordam dos acontecimentos de 1919 de maneira diferente. Para muitos, foi a primeira oportunidade de participar da vida política da nação. Eles estavam unidos na crença comum de que deveriam governar o próprio país, sem interferência estrangeira. Foi o primeiro movimento autenticamente nacionalista na história árabe cujos líderes desfrutaram do apoio total das massas, do campo às cidades.

Também em 1919 as mulheres egípcias entrariam pela primeira vez na política nacional, sob a liderança de Huda Shaarawi. Dado que sua mãe era circassiana e seu pai um velho notável egípcio, pode-se dizer que Huda Shaarawi (1879-1947) foi cercada de privilégios desde a infância, embora vivesse num ambiente marcado pelo confinamento feminino. Criada no harém de uma família da elite do Cairo, ela cresceu rodeada de mulheres, crianças e eunucos. Em suas memórias, ela escreve sobre duas mães — a primeira esposa do pai, a quem chamava de "Grande Mãe", e a mãe biológica. Ela amava as duas, mas se sentia particularmente próxima da Grande Mãe, que "sabia como eu me sentia quando as pessoas favoreciam meu irmão em detrimento de mim porque era menino".²⁴

Quando criança, Shaarawi se ressentia de receber menos educação do que o irmão mais novo. Aluna dedicada, ela pressionava seu tutor a lhe

arranjar livros de gramática para que pudesse aprender a ler o Alcorão corretamente. "Leve o seu livro de volta", dizia o eunuco das crianças ao tutor. "A senhorita não precisa de gramática, pois não se tornará juíza!" Huda se sentia desanimada. "Fiquei deprimida e comecei a negligenciar os estudos, odiando ser uma menina, porque isso me afastava da educação que eu buscava. Mais tarde, o fato de ser mulher se tornou uma barreira entre mim e a liberdade pela qual eu ansiava."²⁵

Ainda adolescente, Huda descobriu, consternada, que se tornaria a segunda esposa de um primo idoso chamado Ali Paxá Shaarawi.

A ideia de me casar com meu primo, a quem sempre considerara como um pai ou irmão mais velho, merecedor do meu temor e respeito, me perturbava profundamente. E eu ficava ainda mais aborrecida quando pensava em sua esposa e suas três filhas, todas mais velhas do que eu, que costumavam me provocar, dizendo: "Bom dia, madrastra!"²⁶

Huda foi para o leito nupcial como "um condenado a caminho do patíbulo". Não surpreendentemente, o casamento não foi feliz, e o casal logo se afastou. Eles passaram sete anos separados, o que deu a Huda a chance de amadurecer e desenvolver seus próprios interesses antes de voltar para o marido e para seu papel como esposa de um homem influente.

Os anos de afastamento conjugal foram um período de desenvolvimento político para Huda Shaarawi. Ela começou a organizar atividades públicas para mulheres. Convidou uma feminista francesa, Marguerite Clement, para dar uma palestra na Universidade Egípcia, comparando a vida das mulheres no Oriente com a das mulheres no Ocidente e discutindo práticas sociais como o véu. Essa primeira palestra deu origem a uma série regular de encontros em que as mulheres egípcias começaram a se pronunciar, incluindo a feminista Malak Hifni Nasif (1886-1918), a primeira a fazer demandas públicas para a libertação das mulheres no Egito.²⁷ Em abril de 1914, Shaarawi convocou uma reunião para instituir a Associação Intelectual das Mulheres Egípcias, uma sociedade literária que reunia algumas das pioneiras da literatura feminina no mundo árabe, incluindo

a escritora libanesa Mai Ziyada e Labiba Hashim, fundadora de uma das primeiras revistas femininas árabes.

Essas atividades marcaram o início de um nítido movimento feminista no Egito, ao qual Shaarawi se dedicaria pelo resto da vida. Palestras e reuniões ampliaram o escopo da participação das mulheres da elite caiota nos assuntos culturais da cidade e propiciaram fóruns para que se encontrassem e discutissem questões de sua própria escolha, sem que precisassem antes pedir a permissão dos maridos. Esses ganhos, ainda que limitados, eram significativos, mas não seria possível dizer que as convenções sociais que ditavam os papéis de gênero chegaram a ser afetadas. Desafiar costumes profundamente arraigados que havia tempos dividiam homens e mulheres na sociedade árabe e otomana exigiria uma revolução.

A revolta de 1919 foi tanto uma revolução social quanto uma revolução política. Na primavera de 1919, não só as rígidas divisões sociais foram desafiadas como brevemente revertidas. A luta nacionalista deu às mulheres do Egito a oportunidade de emergir como atores políticos, e deixou como legado um movimento feminista duradouro. Em um nível mais pessoal, esses eventos ajudaram Ali Paxá Shaarawi a se reconciliar com a esposa Huda e a transformar seu casamento em uma parceria política unida pela causa nacionalista.

Ali Paxá Shaarawi estava envolvido no movimento nacionalista desde o decisivo encontro de Saad Zaghloul, em 1918, com o alto-comissário britânico Sir Reginald Wingate, ao qual esteve presente. Junto com Zaghloul, ele foi um dos fundadores do partido nacionalista que veio a ser conhecido como Wafd, ou "a delegação" — justamente aquele que buscava representar as aspirações do Egito na Conferência de Paz de Paris. Com o exílio de Zaghloul, Shaarawi assumiu a liderança do partido. Seu relacionamento com a esposa Huda mudou dramaticamente no curso da revolução. Ele a manteve informada de todos os acontecimentos; assim, caso fosse preso, ela poderia ajudar a preencher o vazio político. Além disso, eles logo perceberam que havia coisas que as mulheres podiam fazer impunemente porque os britânicos não ousavam prendê-las ou abrir fogo contra elas, por medo de desencadear a indignação pública.

Os membros do Wafd logo compreenderam as vantagens de mobilizar as mulheres para a causa nacionalista. A primeira manifestação feminina aconteceu no dia 16 de março de 1919, apenas uma semana após o início da revolução. Cartazes pretos com slogans em árabe e francês pintados em letras brancas — as cores do luto — foram confeccionados. As manifestantes se reuniram então no centro do Cairo, planejando marchar até o prédio da comissão dos Estados Unidos para reivindicar o direito de autodeterminação prometido por Woodrow Wilson em seus Catorze Pontos. Antes que conseguissem chegar ao seu destino, porém, encontraram o caminho bloqueado pelas tropas britânicas. “Eles bloquearam as ruas com uma bateria de metralhadoras”, escreveu Huda Shaarawi,

forçando-nos a parar junto com os estudantes que haviam formado colunas de ambos os lados do nosso grupo. Eu estava determinada a fazer a manifestação prosseguir. Quando avancei, um soldado britânico se aproximou de mim apontando sua arma, mas passei por ele. Quando uma das mulheres tentou me puxar de volta, gritei: “Deixem-me morrer para que o Egito tenha uma Edith Cavell” [uma enfermeira inglesa fuzilada pelos alemães durante a Primeira Guerra Mundial que imediatamente se transformou em mártir].

Depois de um impasse de três horas, a manifestação terminou sem violência. Outras manifestações voltariam a ocorrer.

O poder simbólico das mulheres egípcias enfrentando os britânicos encorajou nacionalistas em todo o país. Uma vez fora de seus haréns, as mulheres se lançaram na vida pública com grande energia e comprometimento. Elas levantavam fundos para os necessitados, visitavam os feridos nos hospitais e compareciam a comícios e protestos, expondo-se muitas vezes a grandes perigos. Elas também começaram a transpor a barreira de classe, pois as mulheres da elite agora tinham uma causa em comum com as da classe trabalhadora. Huda observou que a morte de seis mulheres da classe trabalhadora no curso do movimento nacionalista provocara um “intenso luto nacional”. As mulheres fizeram tudo o que puderam para encorajar a greve dos funcionários públicos, postando-se do lado de

fora dos escritórios do governo e incitando-os a desafiar os britânicos e não trabalhar. Quando a Grã-Bretanha enviou uma comissão de inquérito sob o comando de Lord Milner, no final de 1919, as egípcias organizaram outra rodada de manifestações e redigiram uma resolução em protesto. Elas começaram a realizar reuniões em massa com centenas de mulheres de todas as classes.

No final de 1919, Huda Shaarawi e suas companheiras consolidaram seus avanços com a criação do Comitê Central das Mulheres Wafdistas, o primeiro organismo político feminino do mundo árabe. Huda Shaarawi foi eleita sua presidente. Em 1923, dando prosseguimento a suas atividades políticas, foi cofundadora da União Feminista Egípcia. Nesse mesmo ano, rompeu com as convenções de confinamento feminino ao retornar de uma conferência em Roma e remover publicamente o véu, junto com suas companheiras, na estação ferroviária do Cairo. O movimento feminista do Egito sobreviveria por muito tempo após o impulso revolucionário de 1919.

A LUTA DO WAFD PELA INDEPENDÊNCIA do Egito só obteve um êxito parcial. Embora Zaghloul e seus colegas tivessem angariado a permissão da Grã-Bretanha para apresentar o caso do Egito à Conferência de Paz, eles descobriram em sua chegada a Paris que a delegação americana havia acabado de emitir uma declaração reconhecendo o protetorado britânico sobre o Egito. As esperanças que a crescente retórica do presidente Wilson havia alimentado estavam agora frustradas. Os egípcios foram obrigados a negociar diretamente com os britânicos em Londres, em vez de assegurar sua independência como parte do acordo do pós-guerra.

Os anos entre 1919 e 1922 foram marcados por períodos de desordem civil alternados com períodos de negociações entre os britânicos e o Wafd. No fim, o melhor que os nacionalistas egípcios conseguiram foi a independência nominal. No interesse de preservar a ordem no Egito, a Grã-Bretanha declarou unilateralmente o fim do protetorado em 28 de fevereiro de 1922 e reconheceu o Egito como um Estado soberano independente, sob a condição de que a Grã-Bretanha mantivesse o controle sobre quatro áreas

“de interesse vital para o Império Britânico”: a segurança das comunicações imperiais, a defesa do Egito contra agressão externa, a proteção dos interesses estrangeiros e dos direitos das minorias e o Sudão. Ambos os lados reconheciam os limites da independência quando colocados nesses termos, que permitiam que a Grã-Bretanha mantivesse bases no Egito, controlasse o canal de Suez e interferisse nos assuntos domésticos egípcios com tanta frequência quanto tinha feito sob o protetorado. Pelos 32 anos seguintes, Egito e Grã-Bretanha se veriam enredados em negociações periódicas para redefinir essa relação colonial, com os egípcios buscando sua soberania e a Grã-Bretanha fazendo de tudo para preservar a ordem imperial.

* * *

OS EVENTOS NO EGITO ERAM SEGUIDOS de perto em todo o mundo árabe, mas sobretudo no Iraque, onde as províncias otomanas de Basra, Bagdá e Mossul haviam ficado sob ocupação britânica no decorrer da Primeira Guerra Mundial. Embora os britânicos tivessem dado aos iraquianos muitas garantias de que gozariam de autogoverno, seus esforços para negar a independência do Egito eram motivo de preocupação.

Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as forças britânicas da Índia ocuparam a cidade de Basra, no sul, e garantiram seu controle sobre a província como um todo. Os britânicos estavam determinados a proteger a entrada do golfo Pérsico, que dava acesso a seu império na Índia, contra a ocupação dos alemães, aliados dos turcos. Uma vez em Basra, estenderam suas forças para o norte a fim de enfrentar o 6º Exército otomano. Em novembro de 1915, as forças britânicas avançaram até cinquenta quilômetros de Bagdá, onde encontraram forças inimigas em superioridade numérica. Empurradas de volta para Kut, resistiram a um cerco durante quatro meses antes de se renderem em abril de 1916. Os otomanos haviam conseguido duas grandes vitórias contra as forças invasoras — em Galípoli e na Mesopotâmia. No entanto, os britânicos reiniciaram sua campanha na Mesopotâmia, tomando Bagdá em março de 1917 e derrotando o 6º Exército otomano em Kirkuk no final do verão de 1918. Em novembro desse

mesmo ano, eles ocuparam a província de Mossul, embora tecnicamente ela não fizesse parte do território concedido à ocupação britânica pelos termos do acordo de armistício. O controle britânico sobre a Mesopotâmia, como inicialmente recomendado pelo Relatório de Bunsen de 1915, havia sido garantido.

FOI MAIS FÁCIL CONQUISTAR A Mesopotâmia do que impor uma ordem política ao país — tanto em 1918 como em 2003. O povo das três províncias — curdos, árabes sunitas e xiitas — estava dividido em seus objetivos e aspirações. Embora estivessem de acordo com a união das três províncias em um único Estado independente que chamavam de Iraque e em colocá-lo sob o governo de uma monarquia constitucional, as diferentes comunidades da Mesopotâmia tinham pontos de vista muito diferentes sobre qual deveria ser o papel da Grã-Bretanha nesse novo Estado. Alguns abastados proprietários de terras e mercadores davam maior importância à estabilidade e ao crescimento econômico do que à independência total e apoiavam abertamente a administração britânica. Alguns oficiais militares iraquianos, que haviam servido com o emir Faisal durante a revolta árabe, viam a Grã-Bretanha como uma garantia da preeminência política sunita. No entanto, a maioria dos iraquianos rejeitava a ideia da interferência estrangeira em seus assuntos.

No início de sua ocupação na Mesopotâmia, os britânicos asseguraram ao povo do Iraque que suas intenções eram honestas. A Declaração Anglo-Francesa de novembro de 1918, prometendo o apoio dos aliados ao “estabelecimento de governos e administrações nacionais” nos territórios árabes através de um processo de autodeterminação, foi largamente reproduzida na imprensa local e tranquilizou muitos iraquianos, que se convenceram de que os europeus não tinham a intenção de impor uma ordem colonial sobre eles. Como observou o jornal *al-Istiqlal* [Independência], de Najaf: “Os dois Estados, Grã-Bretanha e França, nos alegraram ao declarar sua intenção de nos ajudar a alcançar a completa independência e liberdade”.²⁸

Mas os iraquianos foram ficando cada vez mais desconfiados com o passar dos meses, ao constatarem que não havia nenhum progresso tangível em relação ao autogoverno. Em vez de ajudá-los a criar seu governo, os britânicos pareciam estar estabelecendo sua própria administração no país. Quando, em fevereiro de 1919, um grupo de iraquianos pediu permissão às autoridades britânicas para enviar uma delegação a Paris a fim de garantir o reconhecimento de suas reivindicações à independência nacional, o pedido foi negado. Pressionados pelos iraquianos a elaborar seus planos para o futuro político do país, os britânicos também se recusaram a dar uma resposta direta.

Os britânicos, na verdade, se debatiam com duas ideias sobre a melhor maneira de governar o Iraque. Alguns, como Sir Arnold Wilson, que, como comissário civil, era o chefe local da administração britânica, procuraram estabelecer os instrumentos para um governo colonial direto, nos moldes do implementado na Índia. Ele chegou a encorajar um fluxo constante de imigrantes da Índia para a Mesopotâmia, a fim de servir como mão de obra para a administração colonial. Outros, como Gertrude Bell, que servia como secretária para o Oriente Médio em Bagdá, acreditavam que era melhor trabalhar em parceria com os nacionalistas árabes. Bell argumentava que uma monarquia hachemita no Iraque forneceria a estrutura ideal para um império informal, a um custo muito menor para o governo britânico e muito menos risco de confronto com o crescente movimento nacionalista árabe. Os iraquianos não sabiam em quem acreditar — em Bell, que parecia apoiar seus desejos, ou no chefe dela, Sir Arnold Wilson, que parecia decidido a manter os britânicos no governo do Iraque.²⁹

Em 1920, os iraquianos estavam convencidos de que a Grã-Bretanha pretendia sujeitar o país ao domínio colonial. Eles haviam acompanhado de longe a Revolução Egípcia de 1919 e observaram com crescente preocupação enquanto os britânicos abandonavam o governo de Faisal em Damasco e retirava suas tropas da Síria e do Líbano, abrindo caminho para uma ocupação colonial francesa. Parecia que a Grã-Bretanha e a França pretendiam negar a independência dos territórios árabes e dividi-los entre si — como de fato fizeram.

As suspeitas iraquianas foram confirmadas em abril de 1920, quando a Liga das Nações decidiu que o Iraque deveria se submeter a um mandato formal da Grã-Bretanha. Os iraquianos, que sempre haviam sido contrários à ideia de um mandato, visto apenas como um outro nome para o imperialismo, começaram a se mobilizar para enfrentar os planos britânicos. A oposição foi liderada por uma nova organização, os Guardiões da Independência, que surgira em 1919 principalmente entre a comunidade xiita. Os Guardiões atraíram muitos apoiadores sunitas ao exigir independência total e uma completa retirada britânica do Iraque. Eles realizavam suas reuniões nas mesquitas a fim de evitar a interferência britânica, alternando entre locais de culto xiitas e sunitas. Essa colaboração política entre as comunidades muçulmanas locais não tinha precedentes e estabeleceu as bases para uma comunidade nacional iraquiana que transcendia as fronteiras religiosas.

As primeiras manifestações públicas contra o mandato britânico no Iraque foram pacíficas. Clérigos xiitas, líderes tribais e membros de organizações nacionalistas manifestaram-se em massa em Bagdá em maio de 1920. Os britânicos reagiram imediatamente com uma repressão a todos os protestos e prenderam os suspeitos de incitar a oposição. Sob a repressão britânica, os nacionalistas iraquianos foram expulsos de Bagdá para continuar sua resistência nas cidades e aldeias do interior.

A Revolta Iraquiana de 1920 eclodiu no final de junho, incentivada pelos clérigos xiitas das cidades sagradas de Najaf e Karbala. Os britânicos cometeram o erro de prender o filho do mais proeminente clérigo xiita, o aiatolá al-Shirazi, e ele respondeu com uma *fatwa*, ou pronunciamento legal, encorajando a revolta contra a ocupação estrangeira. Temendo uma escalada da crise, o governo em Bagdá prendeu vários ativistas xiitas e líderes tribais acusados de estar instigando a agitação. Como era de esperar, a repressão acabou transformando o que havia começado como uma oposição pacífica em um confronto violento.

O movimento de resistência iraquiano era tão bem organizado quanto disciplinado. A liderança elaborou diretrizes para ações comuns, que eram impressas e distribuídas pelas prensas locais. Um panfleto impresso em Najaf em julho de 1920 decretava as regras de engajamento: "Cada chefe de

tribo deve fazer todos os seus membros entenderem que o objetivo desta revolta é exigir a independência completa".³⁰ Os insurgentes tribais eram instruídos a fazer da independência o seu grito de guerra. Eles deviam garantir a administração tranquila de todas as cidades e vilarejos que caíssem sob o seu controle, cuidar bem dos prisioneiros ingleses e indianos e, acima de tudo, conservar da melhor forma possível todas as armas, munições, equipamentos e remédios capturados dos britânicos, pois tais suprimentos estavam "entre os maiores meios para alcançar a vitória".

Inicialmente, a revolta se espalhou pelas três províncias, embora a principal área de conflito estivesse no Eufrates Médio, entre Bagdá e Basra, com Najaf e Karbala no centro do movimento. Nessa região, os britânicos foram forçados a retirar suas tropas enquanto os insurgentes assumiram o controle de cidades e aldeias, estabeleceram governos locais e se encarregaram da coleta de impostos e da manutenção da ordem. Embora os britânicos tenham conseguido evitar grandes rebeliões na capital, os arredores de Bagdá foram logo invadidos por insurgentes. Em agosto de 1920, as tribos a nordeste da cidade organizaram uma grande revolta e, por um mês, mantiveram o controle de Baquba e as outras cidades ao norte do rio Diyala. Outra revolta importante ocorreu em Faluja, a oeste de Bagdá.³¹ Os britânicos retiraram suas tropas às pressas a fim de reunir suas forças antes de revidar — com uma vingança.

Diante de uma insurgência de âmbito nacional, os britânicos não tiveram escolha senão reforçar seus sobrecarregados contingentes militares no Iraque a fim de recuperar sua autoridade sobre a região. Novas tropas vindas da Índia elevaram o número de soldados britânicos no Iraque de 60 mil em julho de 1920 para mais de 100 mil em outubro do mesmo ano. Durante os meses de setembro e outubro, eles reconquistaram o Iraque com força esmagadora, usando artilharia pesada e bombardeio aéreo. Faluja foi recuperada no início de setembro, com uma pesada punição às tribos locais. Mais tarde no mesmo mês, os britânicos investiram contra as tribos do rio Diyala, e então passaram ao Eufrates Médio. Um jornalista em Najaf descreveu o massacre: "Eles atacaram as casas dos xeques tribais e as incendiaram com tudo o que havia dentro. Mataram muitos homens, cavalos e

gado". Os britânicos foram implacáveis na perseguição aos insurgentes e recusaram qualquer tipo de negociação. "Os oficiais não tinham outro interesse a não ser nos exterminar ou nos levar a julgamento", continuou ele.

Concordamos com o pedido deles por uma trégua e eles a violaram. Quando conseguimos tomar [um território] deles e consolidar nossa posição, permitimos que se retirassem em segurança com todas as suas armas, e eles responderam traiçoeiramente com ataques contra nós. Nos últimos dias tem havido derramamento de sangue, a destruição de cidades populosas e a violação de lugares sagrados de culto, o que é lamentável para a humanidade.³²

Com a rendição de Najaf e Karbala no final de outubro, o levante chegou ao fim. Os custos — humanos e materiais — foram altos. De acordo com estimativas britânicas, mais de 2200 soldados britânicos e indianos e cerca de 8450 iraquianos foram mortos ou feridos.³³ Não há estimativas para as perdas materiais do povo iraquiano.

A revolta de 1920, chamada no Iraque de "Revolução de 1920", tem um lugar especial na mitologia nacionalista do Estado iraquiano moderno comparável à Revolução Americana de 1776 nos Estados Unidos. Em nenhum dos dois casos houve uma revolução social, mas uma revolta popular contra ocupantes estrangeiros que marcou o ponto de partida dos movimentos nacionalistas nos dois países. Enquanto a maioria dos ocidentais nunca ouviu falar do levante de 1920, gerações de crianças iraquianas cresceram aprendendo sobre como os heróis nacionalistas enfrentaram exércitos estrangeiros e o imperialismo em cidades como Faluja, Baquba e Najaf — os equivalentes iraquianos de Lexington e Concord.

★ ★ ★

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O subsequente acordo do pós-guerra constituíram um dos períodos mais importantes da história árabe moderna. Quatro séculos de domínio otomano chegaram a um final decisivo em outubro de 1918. Poucos árabes nessa época poderiam ter imaginado um mundo sem

os otomanos. As reformas do século XIX haviam estendido o controle de Istambul sobre as províncias através de uma burocracia mais sofisticada, de grandes infraestruturas de comunicação, como as ferrovias e telégrafos, e da difusão da educação otomana a um número cada vez maior de súditos, por meio de expansões no sistema escolar. É provável que, no início do século XX, os árabes se sentissem mais ligados do que nunca ao mundo otomano.

Os vínculos entre árabes e otomanos se intensificaram depois de 1908, sob o governo dos Jovens Turcos. Nessa época, os otomanos haviam perdido quase todas as suas províncias europeias nos Bálcãs. Os Jovens Turcos haviam herdado um império turco-árabe e fizeram todo o possível para fortalecer o controle de Istambul sobre as províncias. É possível que as políticas dos Jovens Turcos tenham causado indisposição entre os nacionalistas árabes, mas elas conseguiram fazer com que seus sonhos de independência parecessem inatingíveis.

Com o colapso do Império Otomano, os nacionalistas árabes entraram em um período de intensa atividade, impulsionados por aspirações ao governo independente. Por um breve e inebriante momento entre 1918 e 1920, os líderes políticos do Egito, da Síria, do Iraque e do Hejaz acreditavam estar no limiar de uma nova era. Eles contavam com a Conferência de Paz de Paris e a nova ordem mundial prometida por Woodrow Wilson para confirmar suas ambições. E iriam, sem exceção, se decepcionar.

Na verdade, a nova era que os árabes tinham pela frente seria moldada não pela independência, mas pelo imperialismo europeu. As potências europeias estabeleceram seus imperativos estratégicos e resolveram todos os pontos de discórdia entre si ao longo do processo de paz do pós-guerra. A França acrescentou a Síria e o Líbano às suas possessões no norte da África. A Grã-Bretanha era agora a dona do Egito, da Palestina, da Transjordânia e do Iraque. Embora ainda houvesse ajustes a fazer no tocante a determinadas fronteiras, as potências europeias traçaram as fronteiras dos Estados modernos do Oriente Médio como os conhecemos hoje (com a significativa exceção da Palestina). Os árabes nunca se conformaram com essa injustiça fundamental, e passaram o restante dos anos do entreguerras em conflito com seus senhores coloniais, em busca de seus antigos sonhos de independência.